BIDB11

Inter Infra FIC FI – Infra listado

Relatório Trimestral

Dezembro de 2022



interdtvm interasset

Panorama do setor de saneamento básico no Brasil

O saneamento básico é definido como sendo um conjunto de serviços públicos voltados ao abastecimento de água potável e tratamento de esgoto. Esta atividade é dividida em 4 pilares: a) infraestrutura e operação do sistema de abastecimento de água potável; b) esgotamento sanitário; c) limpeza urbana e d) manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, os quais trabalham de forma sistêmica.

Apesar de o saneamento ser um direito assegurado pela Constituição e fator essencial para a saúde e ampliação da qualidade de vida da população, cerca de 35 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à água tratada e quase 100 milhões não possuem serviço de coleta e tratamento de esgoto em suas residências. Para agravar essa situação, somente 50% do volume de esgoto gerado é tratado no país, e cerca de 40% da água tratada é perdida antes de chegar aos lares brasileiros, seja por conta de vazamentos nas tubulações ou por desvio da água por moradores que não são os reais destinatários.

Ancorado neste panorama e na falta de capacidade do poder público de conseguir viabilizar sozinho os investimentos necessários para melhora do cenário do setor, foi sancionado, em 15 de julho de 2020, o Novo Marco Legal de Saneamento, tendo como principal objetivo a universalização e qualificação da prestação dos serviços no setor. Com a lei, o Governo Federal pretende alcançar a universalização até 2033, garantindo que 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% ao tratamento e a coleta de esgoto.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) calcula que cada R$ 1 investido em saneamento gera uma economia de R$ 4 em gastos com saúde e estimativas apontam que a universalização dos serviços de água e esgoto reduzirá em R$ 1,45 bilhão os custos anuais com saúde. Além disso, 6,2 milhões de empregos devem ser gerados no setor até 2033.

Novo Marco Legal do Saneamento

A nova legislação cria diretrizes para os novos projetos, traz segurança jurídica para a realização de investimentos e estimula a regionalização dos serviços e a integração do poder público e da iniciativa privada.

Dentre os principais destaques da nova lei está a extinção dos chamados contratos de programa, firmados, sem licitação, entre municípios e empresas estaduais de saneamento. Esses acordos, até então, eram firmados com regras de prestação de tarifação, mas sem concorrência. Com o novo marco legal, abre-se espaço para os contratos de concessão e torna obrigatória a abertura de licitação, podendo, então, concorrer à vaga prestadores de serviço públicos e privados.

Outra mudança prevista na lei consiste no tratamento dado a pequenos municípios, com poucos recursos e sem cobertura de saneamento. Pelo modelo anterior, as grandes cidades atendidas por uma mesma empresa estatal ajudavam a financiar a expansão do serviço nos municípios menores. A nova lei determina que os estados, no intuito de atender aos pequenos municípios, componham em até 180 dias grupos ou blocos de municípios que poderão contratar os serviços de forma coletiva. Municípios de um mesmo bloco não precisam ser vizinhos. Esses blocos deverão implementar planos municipais e regionais de saneamento básico; e a União poderá oferecer apoio técnico e financeiro para a execução dessa tarefa.

O Ministério da Economia estima que serão necessários R$ 700 bilhões de investimentos até 2033 no setor de saneamento, sendo R$ 500 bilhões para expansão da rede e R$ 200 bilhões na compensação da depreciação de ativos. Isso conduz à necessidade de um investimento médio de R$ 63 bilhões/ano até 2033. Como base de comparação, em 2020, o investimento médio no setor foi de R$ 13,7 bilhões. Desta forma, será necessário um aumento da ordem de 359,8% ao ano, e tal expansão só será possível com a entrada de investimentos privados no setor.

Um dado que comprova esta constatação é o valor do orçamento total previsto pelo Ministério da Infraestrutura para o ano de 2022 de cerca de R$ 28 bilhões, muito distante dos R$ 63 bilhões necessários apenas para saneamento básico, sem levar em consideração demais setores assistidos pelo Ministério. Dessa forma, o poder público deverá assumir a posição de incentivo e regulação, deixando de ser o grande financiador dos investimentos no setor.

De acordo com estimativas da Abcon (associação das concessionárias privadas de saneamento), será preciso investir R$ 308 bilhões nos próximos quatro anos a fim de não comprometer as metas de universalização contidas na nova lei. Se esse plano de investimentos for cumprido, a expectativa é que 91% da população tenha água tratada e 71% contem com esgotamento sanitário até 2026.

A perspectiva é bastante promissora, e os ganhos socioeconômicos com o saneamento até 2040 devem chegar a R$ 1,455 trilhão, sendo R$ 864 bilhões de benefícios diretos (renda gerada e impostos arrecadados) e R$ 591 bilhões na redução de perdas.

Além disso, estima-se que, até 2040, a tendência é que a melhoria nas condições sanitárias possam trazer benefícios como: a) a redução dos custos com saúde em torno de R$ 25,1 bilhões; b) o aumento da produtividade, pois, segundo dados do Enem, quem mora em casa sem acesso ao saneamento básico tem desempenho em média 10% inferior em comparação a quem tem esse acesso; c) a valorização imobiliária, pois, em 2019, o valor médio do aluguel de imóveis com acesso ao saneamento básico foi cerca de 3 vezes maior em comparação às moradias sem acesso, sendo que o ganho total no setor é de R$ 48 bilhões; d) a expansão do turismo, uma vez que as áreas saneadas são mais atrativas ao setor; e) a elevação na renda operacional, porque a expansão no setor criará empregos e renda na cadeia produtiva, considerando-se que o valor do incremento na renda deverá ser de R$ 267 bilhões; e f) a elevação na arrecadação tributária, de 44,5 bilhões ou R$ 2,2 bilhões/ano.

Primeiros resultados da nova legislação

Até o momento, o Marco Legal do Saneamento vem se mostrando uma ferramenta bastante eficaz para a atração de investimentos em projetos e obras de saneamento básico no país. Até dezembro de 2022, segundo levantamento realizado pela Abcon, ocorreram um total de 22 concorrências, com R$ 88,6 bilhões de investimentos previstos já contratados para as concessões de saneamento, via leilão, incluindo nesse montante valores de outorga e oferta.

Como consequência destes projetos, cerca de 30 milhões de pessoas serão beneficiadas. Como base de comparação, as operadoras privadas do setor atendiam, ao final de 2021, cerca de 31,6 milhões de usuários, demonstrando uma grande salto neste quesito até o momento. Estes projetos abrangem mais de 220 municípios de oito estados brasileiros: Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Amapá, Ceará, Goiás e Minas Gerais.

O primeiro leilão realizado em 2021 foi o da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) do Rio de Janeiro, no mês de abril. A empresa vencedora vai investir, em 35 anos, cerca de R$ 27 bilhões nos serviços de esgotamento sanitário e complementares em 29 municípios fluminenses.

Depois, foi realizado o primeiro leilão na Região Norte, para concessão dos serviços de água e esgoto dos 16 municípios do estado do Amapá. As cidades terão seus sistemas de água e esgoto modernizados, com investimentos previstos de R$ 3 bilhões.

Depois, foi realizado o primeiro leilão na Região Norte, para concessão dos serviços de água e esgoto dos 16 municípios do estado do Amapá. As cidades terão seus sistemas de água e esgoto modernizados, com investimentos previstos de R$ 3 bilhões.

O terceiro leilão do ano foi para os blocos B (34 cidades das regiões do Agreste e Sertão) e C (27 municípios na Zona da Mata e Litoral Norte) de Alagoas. Estas cidades receberão investimentos de R$ 2,9 bilhões para os serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário.

Ainda em 2021, o leilão do último bloco da Cedae, o bloco 3 formado por 21 cidades, incluindo bairros da Zona Oeste carioca, arrecadou mais de R$ 4,7 bilhões para universalizar os serviços de água e esgotamento sanitário no estado do Rio de Janeiro.

Outros cinco leilões de concessão de serviços de saneamento foram realizados após a sanção do Marco Legal, sendo três em 2020 - 13 cidades que compõem a Região Metropolitana de Maceió, em Alagoas, o município de Cariacica e alguns bairros da cidade de Viana, no Espírito Santo, e 68 municípios no Mato Grosso do Sul - e dois em 2022 - cidades do Crato (CE) e São Simão (GO).

O caso da Cedae

Até o momento, a concessão de parte dos serviços da Cedae pode ser considerado o melhor exemplo de sucesso do novo Marco Legal do Saneamento. A prestadora estatal de serviços de saneamento do Rio de Janeiro possuía mais de 5 mil funcionários e entregava um serviço ruim no tratamento e fornecimento de água, com vazamentos na rede e falta de investimentos na coleta de esgoto.

Este panorama começou a mudar em abril de 2021, quando a estatal foi dividida em três e leiloada por R$ 22,7 bilhões, pagos ao governo estadual. A empresa manteve apenas o abastecimento de água, que engloba a captação, adução e tratamento.

A distribuição e os serviços de esgoto sanitário foram arrematados por três empresas – a Águas do Rio (Aegea), Iguá e Rio+Saneamento -, que passaram a atuar em quatro blocos no estado do Rio de Janeiro. Juntas, no primeiro ano de concessão, estas empresas investiram cerca de R$ 1 bilhão, aumentando o número de beneficiados e melhorando significativamente a qualidade da água da lagoa Rodrigo de Freitas e da Baía de Guanabara, que tem praias balneáveis pela primeira vez desde 2016.

Segundo a Agenersa (Agência Reguladora de Água e Saneamento), os índices de qualidade de água da Águas do Rio – atende 10 milhões de habitantes – no primeiro ano de operação, superaram a marca de 98% do previsto para o terceiro ano de concessão e, para os índices de qualidade de esgoto, a meta de 98% prevista para o quinto ano foi superada em quase metade das medições.

A Águas do Rio foi a primeira a assumir definitivamente a operação e é fonte da maior parte dos investimentos já realizados, cerca de R$ 850 milhões. O foco no início da concessão foi a recuperação de elevatórias, reservatórios e expansão da rede, com a construção de 160 quilômetros de tubulação e a regularização da oferta de água para mais de 250 mil pessoas. Um dos projetos de maior impacto foi a recuperação de um coletor de esgoto que sai do Centro e vai até a Zona Sul da capital. Foram retiradas mais de 600 toneladas de resíduos, incluindo dois patinetes e um vaso sanitário. Para os próximos anos de concessão, a Águas do Rio investirá em coletores de esgoto ao redor da baía de Guanabara, projeto que custará cerca de R$ 2,7 bilhões. A companhia diz que as obras devem gerar 50 mil empregos diretos e que já tem hoje 8.000 empregados diretos e um compromisso de investir R$ 24 bilhões durante o período de concessão.

A segunda empresa, a Iguá, atua em uma área menor, com 1,2 milhão de pessoas, na Barra e em Jacarepaguá, na Zona Oeste da capital, e em dois municípios do interior. Até setembro, a empresa investiu R$ 91 milhões, com foco também em revitalização de instalações e em melhoria da segurança. As primeiras obras, diz o diretor geral da concessionária, Eduardo Dantas, já resultam em aumento do volume de esgoto que chega à estação de tratamento da concessionária. Para os próximos meses, os principais projetos são a revitalização do complexo lagunar de Jacarepaguá, que receberá R$ 250 milhões, e a instalação de coletores de tempo seco, sistema que intercepta o esgoto nas galerias da rede pluvial, evitando que seja despejado in natura no meio ambiente.

A Rio+ Saneamento, terceira concessionária a assumir operações, em agosto, investiu até o momento R$ 41 milhões, com foco em regiões que tinham o abastecimento precário de água na capital e em Rio das Ostras, a cerca de 200 quilômetros de distância. O presidente da concessionária, Leonardo Righetto, diz ao Folha de S.Paulo, que o sistema de abastecimento não acompanhou o crescimento da cidade e, que no próximo ano, a cidade receberá R$ 60 milhões em uma nova adutora para resolver em definitivo o problema. Outra prioridade é redução de perdas, com a instalação de medidores e a recuperação de unidades existentes. Desde que assumiu, as operações, a empresa já ampliou sua base de clientes em 22 mil unidades e contratou cerca de mil pessoas.

Além disso, a Cedae (a empresa remanescente manteve-se responsável por todo o saneamento em 16 cidades e pela produção e tratamento de água em 48 municípios) conseguiu ampliar significativamente seus investimentos, investindo em 2022 cerca de 13% do faturamento ao passo que a média de anos anteriores era de 1,5% da receita. E para 2023, prevê investir cerca de R$ 600 milhões, que seria o dobro do realizado em 2022. Com este CAPEX, a empresa deixou de perder 60 milhões de litros de água tratada por dia, o suficiente para abastecer uma ilha do Governador, gerando R$ 1 bilhão de economia.

Estas melhorias apresentadas fizeram com que o governo já cogite um IPO da nova Cedae em 2024. O governador Cláudio Castro, em entrevista dada ao Valor Econômico, mencionou que esta empresa resultante já vale o mesmo que a parcela da Cedae que foi concessionada à iniciativa privada. Com isso, segundo o presidente da Cedae, Leonardo Soares, considerando as ações e o EBITDA de outras empresas de saneamento e as condições especiais dos contratos de longo prazo celebrados com as concessionárias dos quatro blocos, chega-se a um valuation da Cedae de R$ 10 a 12 bilhões.

Corsan: a primeira privatização

Em dezembro de 2022, a Corsan (Companhia Riograndense de Saneamento) foi arrematada em leilão por R$ 4,151 bilhões (ágio de 1,15% sobre o preço mínimo estipulado em edital) pelo consórcio liderado pela Aegea, o maior grupo privado do setor de saneamento do país.

Com o leilão, a Corsan tornou-se a primeira empresa estatal inteiramente privatizada desde a aprovação do Marco Legal de Saneamento. Até o momento, concessões e parcerias público-privadas (PPPs) eram os modelos adotados.

O edital prevê que o consórcio liderado pela Aegea deverá realizar investimentos de R$ 12 bilhões para a universalização do saneamento nos 307 municípios atendidos pela Corsan até 2033, que agregam 6 milhões de pessoas, cerca de dois terços da população do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, a Corsan possui cobertura de água de 96,9%, mas apenas 19,3% de tratamento de esgoto.

Os municípios em situação irregular

O saneamento básico é definido como sendo um conjunto de serviços públicos voltados ao abastecimento de água potável e tratamento de esgoto. Esta atividade é dividida em 4 pilares: a) infraestrutura e operação do sistema de abastecimento de água potável; b) esgotamento sanitário; c) limpeza urbana e d) manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, os quais trabalham de forma sistêmica.

O ponto de partida da nova legislação consiste no incentivo para que os municípios façam adesão ao modelo de regionalização da prestação dos serviços de saneamento básico, com o estabelecimento da cobrança pela prestação dos serviços, o que favorece ganhos de escala para a modelagem econômico-financeira a partir de arranjos sustentáveis de municípios. Desse modo, a universalização dos serviços de saneamento pode ser viabilizada em cidades que não tenham capacidade individual para o alcance das metas, nos prazos estabelecidos.

Na data de complemento de 2 anos da lei, em junho de 2022, 17 estados brasileiros já haviam aprovado dispositivos regionalizando os serviços de saneamento básico. São eles: Amazonas, Roraima, Rondônia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Piauí, São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Os demais encontravam-se, nesta data, com seus projetos de leis em fase de discussão nas respectivas casas legislativas ou em processo de elaboração.

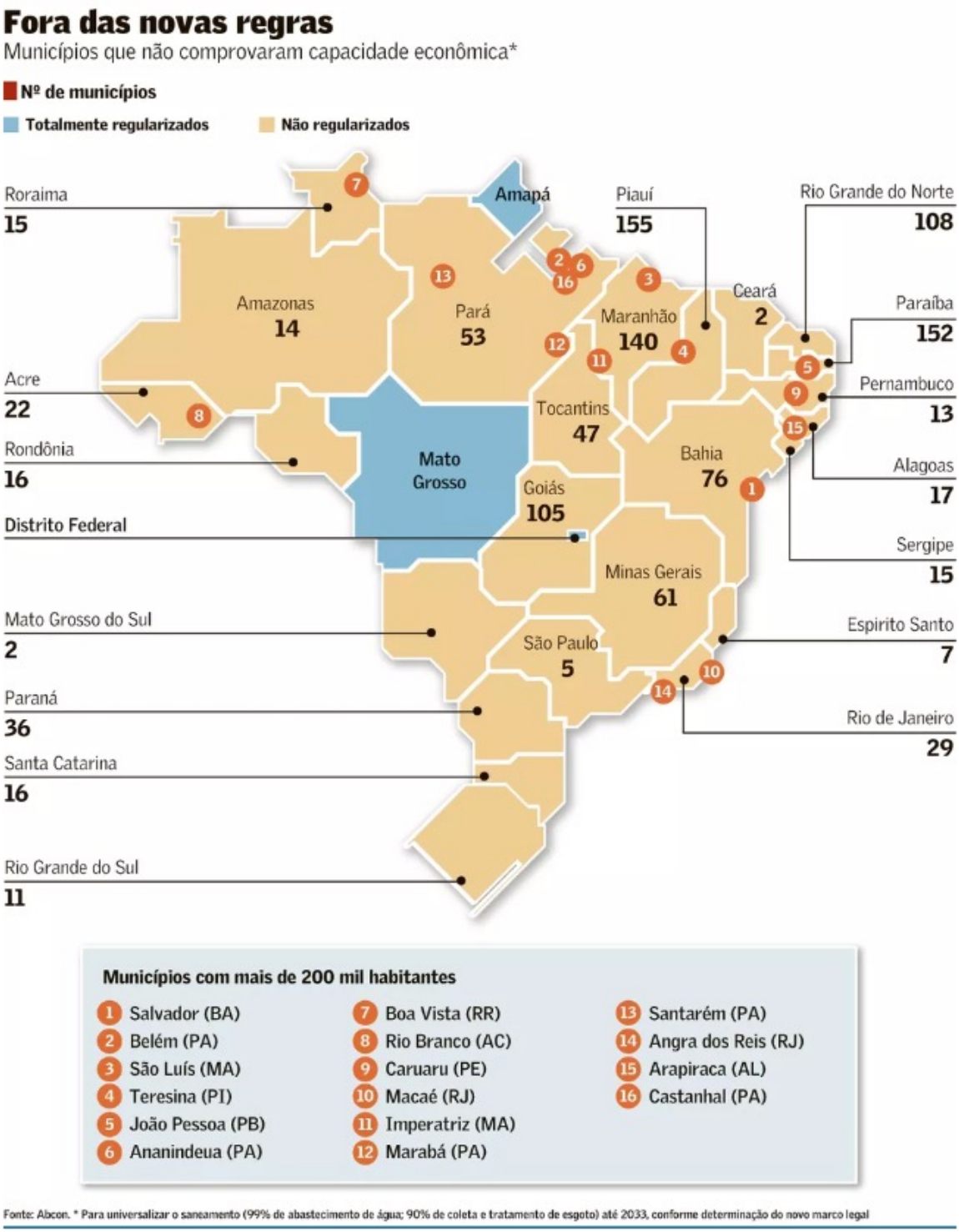
Um dos prazos-chave da legislação era 31 de março de 2022, data limite na qual as operadoras que tinham contratos de programa com prefeituras precisavam assinar aditivos incluindo as metas de universalização. Este aditivos somente poderiam ser feitos mediante comprovação de capacidade econômico-financeira para fazer frente aos investimentos necessários até 2033.

Várias companhias estaduais de água e esgoto, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, não comprovaram condições econômico-financeiras de atender ao prazo previsto na lei para universalização dos serviços. Boa parte nem sequer enviou a documentação exigida às agências.

No total, pelo menos 1.117 municípios brasileiros não se adequaram às exigências do novo marco legal do saneamento e ficaram em situação irregular. Este número corresponde a cerca de 20% das cidades brasileiras. Segundo mapeamento feito pela Abcon, estão na lista sete capitais (Salvador, Belém, São Luís, Teresina, João Pessoa, Boa Vista e Rio Branco) e, no total, há 16 municípios com mais de 200 mil habitantes cujos contratos de programa com as empresas de saneamento descumprem o que foi estabelecido na nova legislação. Alguns exemplos são cidades como Angra dos Reis (RJ), Caruaru (PE), Imperatriz (MA), Arapiraca (AL) e Santarém (PA).

Usualmente, os contratos de programa eram assinados sem nenhuma concorrência, diretamente entre prefeituras e empresas estatais de saneamento. De acordo com a lei, os municípios que ficaram em situação irregular precisam realizar a licitação da prestação dos serviços de água e esgoto. Este processo abre espaço para a troca de companhias estatais de água e esgoto por operações privadas, dado que as empresas públicas não possuem nenhuma preferência ou vantagem na licitação.

Pelas regras do novo marco legal, as cidades deverão aderir aos blocos regionais de concessão, organizados pelos governos estaduais e com necessidade de aprovação pelas respectivas Assembleias Legislativas. Há também a opção de assumirem a prestação direta dos serviços ou fazer licitações individualmente. Porém, se optarem por essas alternativas e não entrarem nos blocos, ficarão sem acesso a recursos do Orçamento Geral da União (por meio de repasses diretos) e a financiamento público federal (BNDES, Caixa, FGTS). Esta restrição cria um forte incentivo para que os municípios adotem o mecanismo criado pela legislação, aumentando a oferta de cidades para futuras licitações.



Fonte: Valor Econômico

Perspectivas para 2023

O ano de 2023 deverá ser focado em projetos municipais, uma vez que não há perspectiva de grandes leilões estaduais nos próximos meses. Segundo levantamento da Abcon (associação das operadoras privadas do setor), 14 licitações no âmbito das prefeituras estão em andamento, com perspectivas de saírem em 2023, com previsão de ao menos R$ 740 milhões de novos investimentos no total.

Além disso, segundo levantamento feito pela Radar PPP, há 101 iniciativas (municipais e de consórcios) em fase de modelagem. Destas, 56 iniciativas estão em fase avançada, com modelagem concluída, em consulta pública ou licitação.

Ainda de acordo com levantamento feito pela Abcon, além dos 14 projetos previstos para 2023, estão no pipeline outros 23 projetos, municipais e estaduais, com investimentos potenciais de ao menos R$ 14 bilhões, mas ainda em fase de estudos ou consultas públicas.

Nos últimos 2 anos, as concessões de menor porte, realizadas em cidades pequenas, tiveram um aumento expressivo de demanda, com mais de dez ofertas e uma gama variada de competidores nos leilões, com novas plataformas sendo criadas para atuar neste nicho.

Iniciativa nas prefeituras

Projetos de concessão de saneamento básico nos municípios

Leilões previstos para 2023

Projeto	Soma de Investimento estimado (R$ milhões)	Soma de População (em mil)
Flexeiras (AL)	23,7	12,8
Cachoeira Dourada (GO)	94,7	8,1
São Mateus do Maranhão (MA)	A definir	41,5
Nanuque (MG)	106,9	40,8
Eliseu Martins (PI)	1,7	4,9
Cerejeiras (RO)	47,7	16,3
Espigão D'Oeste (RO)	122,9	32,4
São Miguel do Guaporé (RO)	47,3	23,0
São Francisco do Guaporé (RO)	50,0	20,3
Pomerode (SC)	A definir	33,4
Ilhota (SC)	123,8	14,2
Santa Cruz das Palmeiras (SP)	53,6	34,4
Brodowski (SP)	66,9	24,9
Marília (SP)	A definir	238,9
Total	**739,0**	**545,8**

Projetos de concessão de água e esgoto, em municípios e consórcios públicos*

Situação	Quantidade de Iniciativas mapeadas
Intenção Pública Anunciada	11
Modelagem Iniciada	101
Modelagem Encerrada	25
Consulta Pública Aberta	2
Consulta Pública Encerrada	14
Licitação Iniciada	13
Licitação Encerrada	2
Contrato Iniciado	109
Contrato Encerrado	3
Paralisado	141
Cancelado	60
Total	**481**

56 iniciativas se encontravam em fases mais maduras em dezembro de 2022, contra 43 em maio do mesmo ano, segundo a Radar PPP

Fontes: Elaboração Abcon Sindicon com base no Radar PPP, BNDES e FEP (data de atualização: 10 de janeiro de 2023); dados da Radar PPP (dezembro de 2022). *não inclui os blocos regionais dos Estados

Fonte: Valor Econômico

Os caminhos do setor com o novo Governo

Em dezembro de 2022, foi finalizado o relatório final do Grupo Técnico de Cidades, da Comissão de Transição Governamental. O relatório contempla ações a serem tomadas, englobando sugestões de alterações e revogações de normas, nas áreas de atuação do Ministério das Cidades, que foi recriado, entre elas o saneamento básico.

Dentre as recomendações, foram propostas mudanças no Novo Marco Legal do Saneamento com o intuito de retomar a possibilidade de estatais de saneamento fecharem contratos sem licitação com municípios (os chamados contratos de programa), um dos principais pilares da lei em vigor desde 2020. Esse tipo de contrato foi o grande responsável pelo predomínio das estatais no saneamento brasileiro durante as últimas décadas. Como a lei anterior não obrigava os municípios a abrir licitação para contratar os serviços de água e esgoto, o comum era que prefeituras e companhias estaduais fechassem acordos entre si, muitos deles sem estipular metas de cobertura.

Além disso, foi sugerido revisar a legislação para renovar artigos que viabilizam a privatização de empresas estaduais de saneamento. Outra norma que o Grupo Técnico sugeriu revogar foi a que estabeleceu a metodologia de comprovação da capacidade econômico-financeira das empresas de saneamento. Na prática, esse ato foi o responsável por invalidar mais de mil contratos de saneamento fechados entre estatais e municípios, por funcionar como uma “linha de corte” para empresas públicas que não tem capacidade para investir no setor.

Idealizadas no Novo Marco Legal do Saneamento, estas práticas que estão sendo contestadas pretendiam, e vem conseguindo, gerar a isonomia entre as empresas estatais e a iniciativa privada, uma vez que determinou que a delegação dos serviços de saneamento básico fosse feita via contratos de concessão, precedidos de licitação, na qual todos os participantes, sejam eles estatais ou não, competissem em condições de igualdade, respeitando as normas do edital. Além disso, era pretendido que os contratos de programa fossem adaptados para estabelecer metas claras de universalização dos serviços, com punições previstas em casos de descumprimento, da mesma forma que já acontece com os contratos de concessão, firmados com as empresas privadas.

Outra alteração que se pretendia fazer é a mudança da competência para instituir normas de referência sobre o saneamento básico das mãos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNS), que faz parte do atual Ministério das Cidades. A adoção desta alteração teve início nos primeiros dias de 2023, com a edição da MP nº 1154 que extraiu da ANA a atuação sobre o setor de saneamento básico, e do Decreto nº 11.333, que atribuiu a instituição de normas para o setor de saneamento à SNS.

Entretanto, logo após a edição destas duas normas, membros do Ministério da Fazenda, em comunicado público, alegaram ter ocorrido um erro quanto a alterações revendo as atribuições da ANA, com o compromisso de que o erro será corrigido em breve. A utilização da ANA editando normas que serviriam de referência para todas as entidades subnacionais do setor pode gerar uniformidade regulatória e, com isso, maior segurança jurídica para os membros do setor. Entretanto, como sua atuação já se baseia nas melhores práticas do setor, através da escuta das entidades responsáveis pela regulação e fiscalização dos serviços e as entidades representativas dos municípios, a mudança da sua atribuição, caso seja aprovada, não traria grandes efeitos práticos de mudança de como é o funcionamento do setor atualmente. De qualquer forma, o parlamento considerou a MP prematura, reforçando que qualquer matéria será analisada e discutida com cautela para que contribuições e adequações sejam feitas em prol da sociedade.

É importante salientar que, casos as diretrizes do novo Marco Legal do Saneamento sejam alteradas: (i) os investimentos contratados até o momento já são expressivos e relevantes, assegurando o acesso nos próximos anos ao mercado de capitais das empresas vencedoras das licitações para financiar este volume de obras; e (ii) não há histórico de descumprimento dos contratos por parte do governo e, portanto, os acordos já firmados estariam preservados. Além disso, há o entendimento de que é de extrema importância que o Marco Legal do Saneamento seja continuado, uma vez que o apoio do setor privado é vital para que a universalização dos serviços de água e esgoto seja cumprida até 2033, garantindo, desta forma, o êxito numa questão que é fundamental para a sociedade. Desta forma, vemos com pouca probabilidade a aprovação de quaisquer medidas que vá na contramão deste processo, dada a sua relevância para a saúde e qualidade de vida da população.

Referências:

https://www.estadao.com.br/economia/transicao-lei-saneamento-contrato-licitacao/

https://exame.com/bussola/live-metas-do-marco-legal-do-saneamento-ainda-dependem-de-investimento/

https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/10/11/ana-e-orgaos-de-controle-se-aliam-por-avanco-na-lei-do-saneamento.ghtml

https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2022/08/5030130-artigo-marco-legal-do-saneamento-basico-abriu-as-portas-para-uma-revolucao-no-brasil.html

https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/01/16/setor-de-saneamento-se-volta-a-concessoes-municipais-em-2023.ghtml

https://www.anselmosantana.com.br/2023/01/16/saneamento-apos-dialogo-do-governo-com-o-setor-rumos-do-marco-legal-devem-ser-mantidos/

https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/05/13/nova-lei-expulsa-estatais-e-20-das-cidades-terao-que-leiloar-saneamento.ghtml

https://www.migalhas.com.br/quentes/379456/marco-legal-do-saneamento-e-alterado-pelo-novo-governo

https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/12/5062466-saneamento-lula-enfrentara-dificuldades-para-cumprir-metas-do-marco-legal.html

https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2022/03/novo-marco-legal-do-saneamento-permitiu-atracao-de-r-72-2-bilhoes-em-investimentos-para-o-setor

https://www.gov.br/mdr/pt-br/ultimas-noticias/marco-legal-do-saneamento-completa-dois-anos-nesta-sexta-feira-15

https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2020/07/novo-marco-de-saneamento-e-sancionado-e-garante-avancos-para-o-pais#:~:text=Novo%20Marco%20de%20Saneamento%20%C3%A9%20sancionado%20e%20garante%20avan%C3%A7os%20para%20o%20Pa%C3%ADs,-Nova%20lei%20para&text=O%20presidente%20da%20Rep%C3%BAblica%2C%20Jair,presta%C3%A7%C3%A3o%20dos%20servi%C3%A7os%20no%20setor

https://www.poder360.com.br/opiniao/saneamento-basico-um-projeto-do-pais-levado-a-serio/

https://neofeed.com.br/blog/home/o-retrocesso-ronda-o-saneamento-o-caso-da-cedae-mostra-por-que-nao-da-para-voltar-atras/

https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/01/05/governo-do-rio-planeja-ipo-da-cedae-em-2024.ghtml

https://neofeed.com.br/blog/home/corsan-e-a-1a-estatal-de-saneamento-privatizada-por-r-41-bi-mas-marco-legal-corre-riscos/

https://diariodorio.com/empresas-privadas-investem-quase-r-1-bi-em-saneamento-no-rj/

https://valor.globo.com/wall-concurrence/?next=https://valor.globo.com/legislacao/coluna/o-risco-de-retrocesso-no-saneamento-basico.ghtml

https://grandesconstrucoes.com.br/Noticias/Exibir/rumos-do-marco-legal-do-saneamento-devem-ser-mantidos

Sobre o fundo

Objetivo

O Fundo buscará uma rentabilidade alvo para as cotas que acompanhe os títulos do tesouro indexados à inflação com *duration* média (prazo médio ponderado) similar à da carteira do Fundo, acrescida de sobretaxa (*spread*) de 1% (um inteiro por cento) a 1,5% (um inteiro por cento e cinquenta centésimo por cento) ao ano, considerando as distribuições periódicas.

Tributação

Isenção de tributação nos rendimentos e no ganho de capital na venda da cota. Alíquota de imposto de renda de 0% apenas para pessoas físicas. Pessoas jurídicas estão sujeitas à alíquota de 15% nos termos do art. 3º § 1º da Lei 12.431/2011

Características

Início do fundo: Setembro 2021

Código B3: BIDB11

Código ISIN: BRBIDBCTF001

CNPJ: 42.294.971/0001-31

Categoria ANBIMA: Renda Fixa Duração Livre Crédito Livre

Segmento: Infraestrutura

Gestor: Inter Asset

Administrador: Inter DTVM

Público-alvo: Investidor em geral

Taxa de administração: 0,80% a.a.

Retorno-alvo: NTN-B 28 + 1%-1,5% a.a.

Taxa de performance: Não há

Liquidez: D+2 dias úteis (listado) [6]

Overview do fechamento [1]

R$ 123 MM
Patrimônio Líquido

3.533
Cotistas

5,9 Anos
Duration da carteira de crédito [2]

25 Emissores
No portfólio [2]

IPCA+8,31%
Carrego da carteira de crédito [3]

R$ 91,61
Cota Patrimonial [4]

R$ 1,07/cota
de Distribuição

1,23%
Yield mês [5]

Disclaimer

Fonte: Inter Asset, Inter DTVM, B3

1 Todas as informações se referem ao fechamento de dezembro, com data-base em 30/12/22.

2 Referente ao portfólio do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP, CNPJ 41.953.322/0001-32 (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO).

3 Carrego da carteira de crédito do fundo Master.

4 Valor sem dedução do montante a ser distribuído em Janeiro-23.

5 Yield calculado com base na cota de mercado no dia 30/12/22.

6 Prazo dependente das condições de liquidez do mercado secundário.

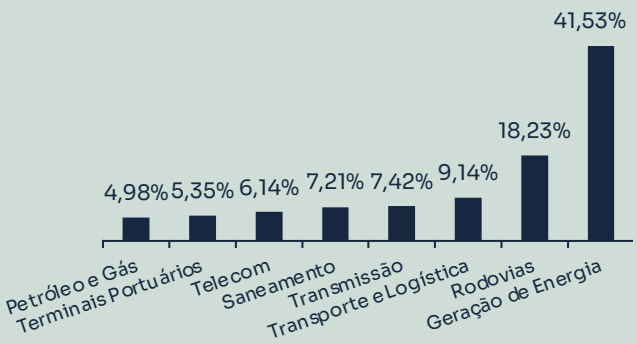
Visão do Portfólio

Carteira de Crédito [2]

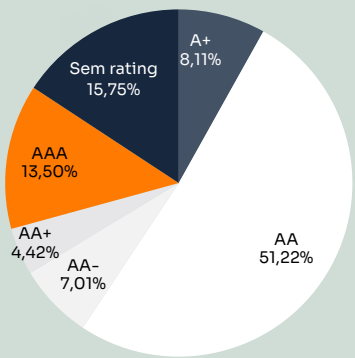
	Emissor	Setor	Rating	12.431?	Volume (R$ milhões)	Peso	Indexador	MTM	Duration	Spread NTN-B (MtM)
AEAB11	AES Cajuína	Geração de Energia	AA	Sim	2.710.556	2,20%	IPCA	7,02%	8,89	0,90%
ANEM11	Anemus	Geração de Energia	AA	Sim	13.218.945	10,73%	IPCA	8,61%	6,75	2,41%
ANET12	Americanet	Telecom	A	Sim	3.239.940	2,63%	IPCA	9,05%	4,94	2,68%
ASAB11	Asa Branca	Geração de Energia	AA	Não	4.885.557	3,96%	IPCA	8,14%	4,60	1,84%
CART13	CART	Rodovias	AA+	Sim	2.303.964	1,87%	IPCA	7,65%	6,12	1,50%
CJEN13	TESC	Terminais Portuários	A+	Sim	6.402.461	5,20%	IPCA	8,19%	5,92	2,01%
CPTM15	Ligga	Telecom	A+	Sim	3.031.946	2,46%	IPCA	9,01%	5,49	2,70%
CRMG15	Nascentes das Gerais	Rodovias	AA	Sim	6.743.702	5,47%	IPCA	8,05%	4,15	1,79%
GTSA11	Goias Transmissora	Transmissão	AAA	Não	4.643.475	3,77%	IPCA	8,19%	4,69	1,92%
HGLB12	Highline	Telecom	Sem rating	Não	1.070.739	0,87%	CDI	9,25%	2,77	2,89%
HZTC14	Orizon	Saneamento	AA+	Sim	1.771.123	1,44%	IPCA	7,93%	5,88	1,77%
HZTC24	Orizon	Saneamento	AA+	Não	1.065.065	0,86%	CDI	9,05%	4,10	2,73%
HVSP11	Hélio Valgas	Geração de Energia	Sem rating	Sim	6.292.108	5,11%	IPCA	8,29%	6,93	2,06%
IFPT11	Ifin Participações	Saneamento	Sem rating	Não	5.791.629	4,70%	IPCA	8,37%	5,06	2,14%
MTRJ19	Metrorio	Transporte e Logística	AA	Sim	4.107.767	3,33%	IPCA	8,93%	4,42	2,59%
MEZ511	MEZ 5 Energia	Transmissão	AAA	Sim	4.238.752	3,44%	IPCA	7,66%	8,20	1,48%
PEJA11	Petrorio	Petróleo e Gás	AA	Sim	5.954.342	4,83%	IPCA	8,19%	5,37	2,01%
RAHD11*	Rio Alto	Geração de Energia	AA	Sim	3.214.508	2,61%	IPCA	8,05%	6,60	1,76%
RATL11	Rota do Atlântico	Rodovias	AA-	Sim	2.628.018	2,13%	IPCA	7,91%	7,02	1,63%
RDVE11	RDVE	Geração de Energia	AA	Sim	4.075.223	3,31%	IPCA	7,72%	5,81	1,57%
RODB11	Rodovias do Brasil	Rodovias	AA-	Não	1.174.834	0,95%	CDI	9,24%	4,72	2,88%
TBCR18	Transbrasiliana	Rodovias	Sem rating	Sim	5.182.368	4,21%	IPCA	8,86%	4,93	2,55%
UNEG11	GNA UTE I	Geração de Energia	AA	Sim	10.932.598	8,87%	IPCA	7,82%	8,40	1,62%
VAMO33	Vamos	Transporte e Logística	AAA	Não	6.833.189	5,54%	IPCA	9,07%	5,88	2,84%
VIMT13	Via Brasil MT 320	Rodovias	AA	Sim	3.775.090	3,06%	IPCA	8,27%	6,38	2,08%
VSJH11	Ventos de São Jorge	Geração de Energia	AA-	Sim	4.354.150	3,53%	IPCA	8,44%	2,74	2,13%

* Ativos em lock-up | [2] Portfólio do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP, CNPJ 41.953.322/0001-32, (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO)

Distribuição por Setor [7]



Distribuição por Rating [7]



26 ativos
Carteira de Crédito [2]

5,9 anos
Duration

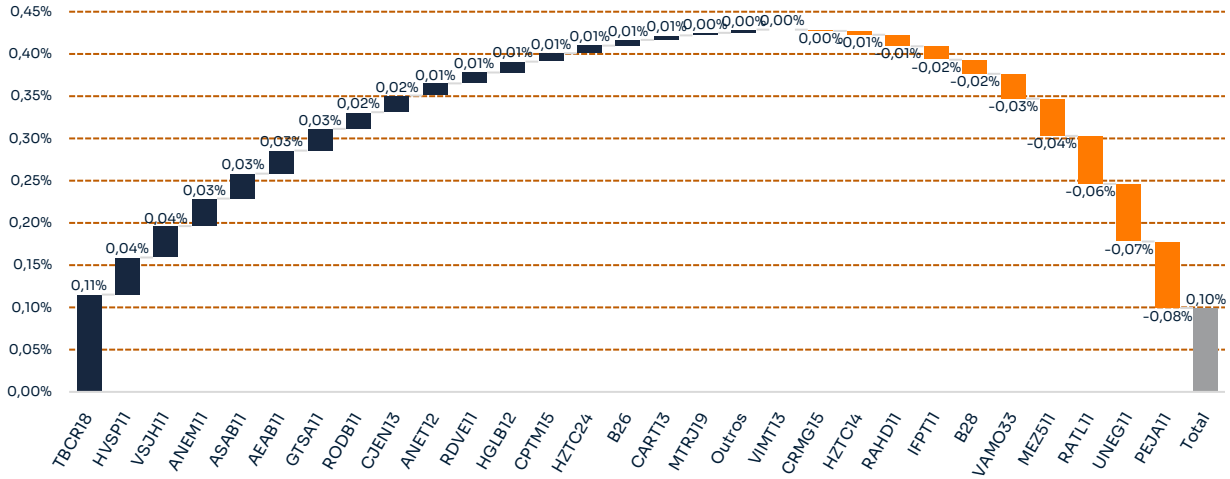
IPCA+8,31%
Carrego [3]

IPCA+6,18%
NTN-B 28

2,00%
Spread

Data-base: 30/12/2022 | [7] Números referentes a carteira de crédito do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO) de CNPJ 41.953.322/0001-32, e não contempla as alocações em títulos públicos, compromissadas e os custos do Infra Master e FIC.

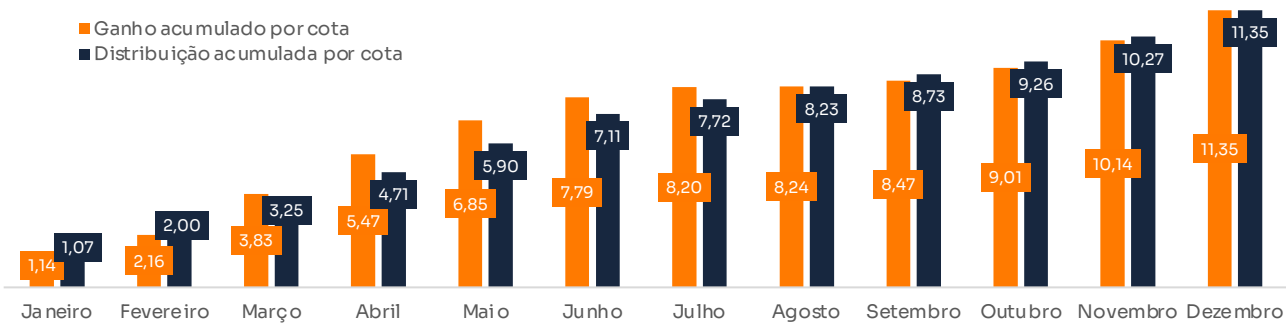
Atribuição de Performance [2]



A atribuição mensal considera o resultado percentual em relação ao patrimônio líquido do início do mês segregando o efeito de cada ativo em (i) compra/venda de ativos; (ii) efeito curva; (iii) efeito *spread*; e (iv) efeito carrego. O cálculo do efeito carrego trava o carrego do ativo em relação a marcação a mercado do fechamento do mês anterior.

Ativos	Impacto de negociação de ativos	Oscilação da curva de juros reais	Oscilação do spread de crédito	Carrego IPCA e juros reais s/ oscilação de crédito	Recebimento de cupom de juros	Total
TBCR18	0,00%	0,00%	0,04%	0,04%	0,00%	0,11%
HVSP11	0,00%	0,00%	0,04%	0,04%	0,00%	0,04%
VSJH11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,04%
ANEM11	0,00%	0,00%	0,02%	0,02%	0,00%	0,03%
ASAB11	0,00%	0,00%	0,03%	0,03%	0,22%	0,03%
AEAB11	0,00%	0,00%	0,04%	0,04%	0,00%	0,03%
GTSA11	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%	0,27%	0,03%
RODB11	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%	0,00%	0,02%
CJEN13	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%	0,20%	0,02%
ANET12	0,00%	0,00%	-0,01%	-0,01%	0,00%	0,01%
RDVE11	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%	0,00%	0,01%
HGLB12	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%
CPTM15	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%
HZTC24	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%
B26	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%
CART13	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,07%	0,01%
MTRJ19	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
VIMT13	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,14%	0,00%
CRMG15	0,00%	0,00%	-0,03%	-0,03%	0,26%	0,00%
HZTC14	0,00%	0,00%	-0,01%	-0,01%	0,00%	-0,01%
RAHD11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-0,01%
IFPT11	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-0,02%
B28	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-0,02%
VAMO33	0,00%	0,00%	-0,04%	-0,04%	0,20%	-0,03%
MEZ511	0,00%	0,00%	-0,04%	-0,04%	0,00%	-0,04%
RATL11	0,00%	0,00%	-0,04%	-0,04%	0,08%	-0,06%
UNEG11	0,00%	0,00%	-0,05%	-0,05%	0,00%	-0,07%
PEJA11	0,00%	0,00%	-0,09%	-0,09%	0,00%	-0,08%
Total[11]	**0,00%**	**0,00%**	**-0,09%**	**-0,09%**	**1,45%**	**0,10%**

Ganho por cota x Distribuição por cota



2 Referente ao portfólio do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP, CNPJ 41.953.322/0001-32 (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO).
| 11 Resultado final do INTER INFRA MASTER, contemplando carrego do caixa, custos e ajustes de cota.

Demonstração de Resultado

	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abril/22	Maio/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22	Set/22	Out/22	Nov/22	Dez/22	Acumulado Ano
Receitas	-982.564,33	5.151,58	4.580.824,13	1.243.543,82	1.757.186,56	509.366,86	-792.807,08	985.870,13	725.666,73	1.097.428,13	-1.265.294,18	119.492,41	7.983.864,76
Ganho com carrego IPCA + juros reais	1.337.761,37	1.612.442,85	2.213.767,54	2.235.042,54	1.870.381,33	-928.076,26	1.356.647,47	-76.973,47	215.887,40	721.910,17	1.442.509,48	- 453.506,49	11.547.793,93
Ganho com recebimento de cupom de juros	274.899,39	20.962,62	168.451,07	181.796,90	91.013,23	2.135.999,77	730.332,42	167.682,84	0,00	79.458,73	104.606,73	1.806.751,96	5.761.955,66
Ganho (perda) com oscilação da curva de juros reais	-2.718.901,26	-1.232.404,81	2.297.507,15	-1.339.560,70	-519.713,98	-1.325.884,31	-2.214.632,68	1.397.548,97	1.244.977,07	731.552,03	-2.458.371,10	- 1.117.312,38	-7.255.196,00
Ganho (perda) com fechamento (abertura) de *spread*	160.978,30	-393.604,41	-100.229,65	158.474,80	312.680,07	726.031,18	-649.607,50	-389.393,55	-740.137,98	-433.190,29	-333.904,16	- 116.731,88	-1.798.635,06
Ganho (perda) com negociação de ativos no secundário	-37.302,13	-2.244,67	1.328,03	7.790,28	2.825,91	-98.703,52	-15.546,79	-112.994,66	4.940,24	-2.302,52	-20.135,13	291,20	-272.053,77
Ajuste DAP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa	13.538,42	8.870,97	7.338,85	7.366,65	12.437,85	18.111,44	12.482,38	10.330,27	12.578,80	14.663,35	6.057,60	21.616,83	145.393,42
Resultado bruto	**-969.025,91**	**14.022,55**	**4.588.162,98**	**1.250.910,47**	**1.769.624,41**	**527.478,30**	**-780.324,70**	**996.200,40**	**738.245,53**	**1.112.091,48**	**-1.259.236,58**	**141.109,24**	**8.129.258,18**
Taxa de administração	-90.412,42	-81.501,48	-93.640,48	-82.396,33	-94.904,76	-90.423,10	-87.974,73	-89.575,35	-88.436,89	-83.822,34	-82.454,30	- 89.596,37	-1.055.138,55
Outras despesas	-25.930,60	-34.916,81	-38.487,70	-34.255,05	-37.083,12	-32.150,08	-28.676,47	-36.439,15	-26.784,00	-31.331,75	-32.179,99	- 36.059,68	-394.294,40
Ajuste	-156,92	-164,84	0,02	1.127,93	7.878,24	-4,78	0,00	8.498,41	0,02	0,50	0,21	653,20	17.831,99
Resultado líquido	**-1.085.525,85**	**-102.560,58**	**4.456.034,82**	**1.135.387,02**	**1.645.514,77**	**404.900,34**	**-896.975,90**	**878.684,31**	**623.024,66**	**996.937,89**	**-1.373.870,67**	**16.106,40**	**6.697.657,21**
Quantidade de Cotas [12]	1.345.099	1.345.099	1.345.099	1.345.099	1.345.099	1.345.099	1.345.099	1.345.099	1.345.099	1.345.099	1.345.100	1.345.099	1.345.099
Resultado por Cota [13]	(0,81)	(0,08)	3,31	0,84	1,22	0,30	(0,67)	0,65	0,46	0,74	(1,02)	0,01	4,98

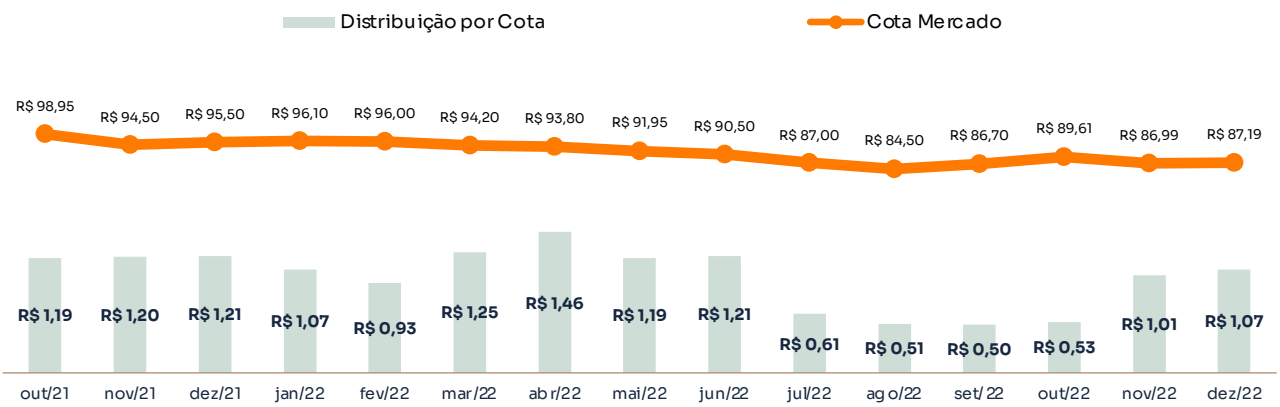
12 Refere ao INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO – BIDB11 | 13 O resultado apresentado foi calculado através do regime de competência, e portanto sujeito a movimentos que não serão refletidos no resultado calculado através do regime caixa.

Cronograma de Rendimentos e Cota

15ª Distribuição de Rendimentos

Referência	Dezembro
Data de anúncio	29/12/2022
Data de pagamento	13/01/2023
Distribuição por cota	R$ 1,07
Cota de mercado no fechamento	R$ 87,19
Dividend Yield Mês [5]	1,23%
Distribuição por cota acumulado	R$ 14,94

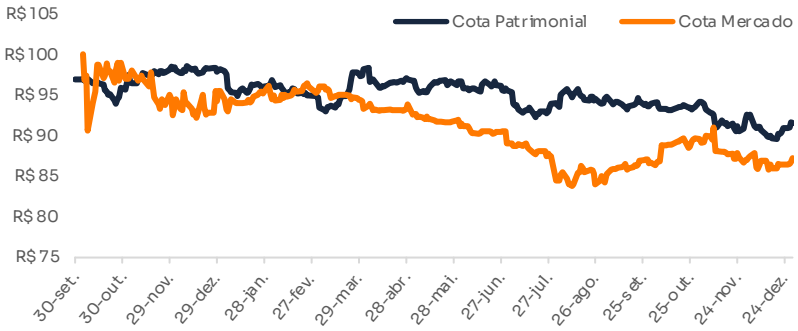
* De acordo com o Capítulo VIII do Regulamento do fundo Inter Infra FIC - BIDB11, o fundo incorpora todos os resultados em seu patrimônio líquido diário e, por isso, as distribuições de rendimentos aos cotistas serão feitas regularmente. A distribuição anunciada foi calculada a partir dos **juros recebidos das debêntures incentivadas pelo fundo no mês**, além da **antecipação do pagamento da correção monetária da carteira de crédito pelo IPCA mensal**. O gestor buscará realizar as **distribuições periódicas mensalmente**.



Data-base: 30/12/22 | Fonte: B3 | [5] Yield calculado com base na cota de mercado no fechamento|. [10] Cota a valor de mercado no último dia útil do mês.

Mercado

Cota Patrimonial vs. Cota de Mercado [8]



Volume de Cotas Negociados na B3 [8]

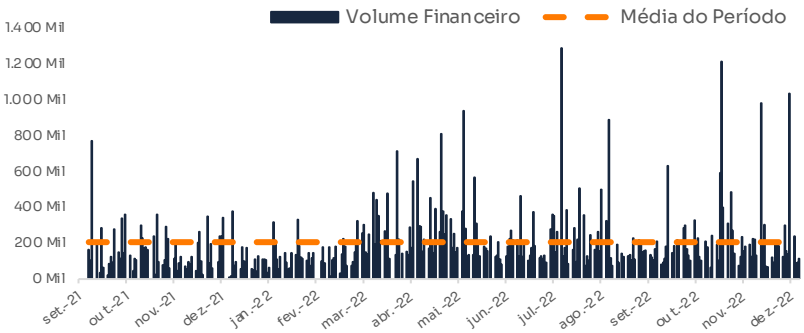


Tabela de precificação

Líquida de Custos e Isenta de IR para PF [9]

Preço da Cota de Mercado	Taxa Equivalente (IPCA +)
R$ 84,00	8,70%
R$ 85,00	8,49%
R$ 86,00	8,28%
R$ 87,00	8,07%
R$ 88,00	7,86%
R$ 89,00	7,66%
R$ 90,00	7,46%
R$ 91,00	7,26%
R$ 92,00	7,07%
R$ 93,00	6,87%

Exercício considerando a cota patrimonial do fechamento.

95,22 %

P/VPA* em 30/12/22

* Cotas não ajustadas pelos rendimentos.

R$ 117 Milhões

Market Cap em 30/12/22

Rentabilidade [12]

Considerando as distribuições no período

		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO	ACUM.[1]
2022	Cota Patrimonial	-0,82%	-0,10%	3,52%	0,87%	0,70%	0,88%	-0,70%	0,69%	0,49%	0,79%	-1,09%	0,02%	5,31%	9,28%
	Cota Mercado	1,92%	1,02%	-0,70%	0,70%	-0,42%	-0,29%	-2,56%	-2,19%	3,23%	3,96%	-2,35%	1,41%	3,52%	1,36%
	NTN-B 28	-0,49%	0,26%	3,31%	0,85%	1,10%	0,13%	-0,74%	0,89%	0,59%	1,27%	-0,65%	-0,20%	6,45%	8,93%
2021	Cota Patrimonial										-1,05%	3,99%	0,85%	3,78%	3,78%
	Cota Mercado										-1,05%	-3,33%	2,36%	-2,09%	-2,09%
	NTN-B 28										-2,06%	3,64%	0,82%	2,33%	2,33%

Com base na cota patrimonial ajustada, que considera a valorização dos ativos que compõem a carteira e incorpora os valores distribuídos no período, o fundo BIDB11 obteve uma rentabilidade superior a seu benchmark (NTNB28) desde sua criação, há 15 meses.

Considerando o preço de negociação das cotas, a rentabilidade pode divergir e não acompanhar o *benchmark*. Isso porque, sendo o Inter Infra FIC um fundo listado em bolsa, a cota de mercado depende também de fatores de mercado (oferta e demanda), e não reflete necessariamente a qualidade da carteira de crédito (representado pela cota patrimonial).



Data-base: 30/12/2022 | [8] Início das negociações do fundo: 06/10/2021 | [9] Exercício foi feito com base na carteira do INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO, que alocada seus recursos no INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP de CNPJ 41.953.322/0001-32, com carteira apresentada anteriormente. | 12 Exercício feito usando a rentabilidade final somado às distribuições do INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO (BIDB11) como base. Houve mudança na metodologia de cálculo: A distribuição passou a ser adicionada no terceiro dia útil de cada mês (data de impacto na cota patrimonial), e no último dia útil para a cota de mercado.

Descrição dos Ativos

Anemus Wind S.A. 2W Energia	ANEM11	O Complexo Eólico Anemus Wind é composto por três parques eólicos em fase pré-operacional, no Estado do Rio Grande do Norte. Com capacidade instalada de 138,6 MW, o parque vendeu energia em PPAs de médio prazo no mercado livre. O perfil dos clientes é pulverizado, com exceção do PPA da Copel (AAA) que será responsável por cerca de 1/3 da garantia física do projeto. A emissão contará com fiança bancária do BTG e do Sumitomo até finalização do projeto. Após o *completion*, contará com as garantias usuais de projeto, como a cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.
Asa Branca Holding S.A. ContourGlobal	ASAB11	Complexo Eólico formado por 5 parques eólicos já operacionais desde 2013, com 160 MW de capacidade instalada. O projeto, localizado no Rio Grande do Norte, apresenta um longo histórico de geração e energia contratada no mercado regulado até o vencimento da debênture. A Companhia tem como acionistas a Contour Global, presente em 20 países com um total de 117 plantas de geração e energia, sendo 85 renováveis e rating global BB- pela Fitch. A emissão conta com as garantias usuais de projeto, sendo elas cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.
PetroRio S.A. PetroRio	PEJA11	A PetroRio ou PRIO, é um dos maiores produtores de petróleo independente do Brasil. Sua estratégia é focada na revitalização de campos offshore adquiridos das Major Oil Companies como a Petrobras. Tal estratégia consiste em adquirir um campo de produção maduro e realizar investimentos visando ampliar o volume de óleo extraído diariamente e consequentemente ampliar a vida útil econômica de tal campo. O portfólio da PRIO atualmente conta com os campos de Frade, Polvo, Tubarão-Martelo e Manati. Todos eles juntos fazem com que a capacidade produtiva da companhia seja de cerca de 33 mil barris de óleo equivalente por dia (boe/d). No primeiro trimestre de 2023 é esperado que a transação com a Petrobras envolvendo o campo de Albacora Leste seja concluída, de forma que a PRIO passará a produzir aproximadamente 70 mil boe/d. A PRIO ainda detém 64,30% de participação no campo de Wahoo, que ainda não iniciou sua produção. De acordo com o planejamento da empresa, o campo deverá ter seu first oil em 2024 e a produção combinada de todos os campos deverá superar a marca de 100 mil boe/d em 2025. A companhia é listada na B3 sob o ticker PRIO3 desde 2015 e atualmente possui um valor de mercado de aproximadamente R$ 25 bilhões e uma alavancagem de -0,2x, dado que possui um caixa líquido de aproximadamente R$ 1 bilhão. A operação possui um prazo de 10 anos e rating br AA pela S&P.
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. CART	CART13	A Concessionária Auto Raposo Tavares (CART) detém a concessão das rodovias estaduais SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 km entre Bauru e Presidente Epitácio, no estado de São Paulo. O Corredor CART é uma das principais vias de trânsito de produtos, serviços e mercadorias no Estado de São Paulo, formado por municípios com forte potencial econômico, especialmente o escoamento de cargas, por ser uma valiosa ligação entre o Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e toda a região sul do país, com destaque para o Estado do Paraná, onde está localizado o porto de Paranaguá. O contrato de concessão possui vencimento previsto em 2039, na qual a Companhia já cumpriu com cerca de 97% das obrigações de investimento. A Companhia possui como acionistas o Pátria Investimentos, uma das maiores gestoras de investimentos alternativos no Brasil, com mais de US$ 50 bilhões sobre gestão, e o GIC, o fundo soberano do governo de Singapura que possui um portfólio global com cerca de US$ 550 bilhões em ativos sob gestão. A empresa foi finalista do Prêmio Concessionária do Ano em 2020 em 4 categorias, sendo primeira colocada na categoria "Inovação" e segunda colocada nas categorias "Concessionária do Ano", "Eficiência nos Serviços Operacionais" e "Segurança Rodoviária". A operação possui rating AA-, pela S&P, e possui como garantias o penhor de ações da Companhia e a cessão fiduciária dos recebíveis da concessão.
Concessionária da Rodóvia MG-050 S.A. abnascentes das gerais	CRMG15	A Companhia tem como atividade a exploração - incluindo a operação, as obras de ampliações e melhorias, assim como a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso – divisa MG/SP da Rodovia BR-265. O contrato de concessão, assinado em 2007, possui prazo de vencimento em 2032. O tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades lindeiras à rodovia, na qual a região é característica por forte atividade econômica de setores, tais como o transporte de calcário, minério, cimento e madeiras. A Companhia possui como acionista a AB Concessões, holding que possui 3 concessões rodoviárias em seu portfólio e é controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Índia e Polônia. A emissão possui rating AA+, pela S&P, e possui como garantias a alienação fiduciária das ações da Companhia, a cessão fiduciária dos recebíveis da concessão e a fiança da AB Concessões até o *completion* do projeto.
Goiás Transmissão S.A. Goiás MGE	GTSA11	A Companhia possui a concessão das linhas de transmissão Rio Verde Norte-Trindade, Trindade-Xavantes, Trindade-Carajás e da subestação Trindade até 2040. O projeto entrou em operação comercial em outubro de 2013. A Companhia tem como acionistas controladores Furnas, subsidiária da Eletrobrás (49%), e o Grupo Energia Bogotá - GEB (51%). A emissão conta com as garantias usuais de projeto, sendo elas a cessão fiduciária das ações da Goiás Transmissora e cessão fiduciária dos direitos oriundos dos contratos de concessão.
IFIN Participações S.A. Águas Guariroba	IFPT11	Holding detentora de 100% das ações PN (32,08% das ações totais) de emissão da Águas de Guariroba. O serviço da dívida das debentures será pago com os dividendos da empresa de saneamento. A Águas de Guariroba possui rating AA (bra) pela Fitch, e já é um ativo maduro, com um atendimento de água de 100% e atendimento urbano de esgoto de 84%. Tem como acionista controlador a AEGEA, maior empresa privada de saneamento privado do país. A emissão tem como garantia as ações PN de emissão da Águas de Guariroba.

Descrição dos Ativos

Ligga Telecomunicações S.A.	CPTM15	A Ligga é uma das maiores provedoras de banda larga no Paraná, resultante da privatização da Copel Telecom em um leilão realizado em outubro de 2020, no qual o vencedor foi o Fundo Bordeaux, veículo de investimento de Nelson Tanure. O valor da operação foi de R$ 2,5 bilhões. A empresa atua no fornecimento de conectividade por meio de banda larga em fibra para B2C e B2B, com larga experiência na implementação de tecnologias de ponta. Sua atuação se dá em mais de 399 cidades no Paraná e 4 em São Paulo, com um market share de aproximadamente 12% das conexões de banda larga e 15% das conexões de banda larga de fibra ótica do estado. Em novembro de 2021 venceu, em consórcio com a Unifique, o lote regional do 5G na região Sul. A Ligga será responsável pela implementação do 5G no Paraná. A Companhia possui 100% da rede em fibra ótica, com extensão de 42 mil Km, abrangendo boa parte do território do Paraná, e 1,9 milhão de casas passadas, além de mais de 285 mil assinantes B2C. A operação possui rating A+ pela S&P e conta com pacote de garantias composto por cessão fiduciária de recebíveis com volume mínimo de R$ 42,5 milhões por mês, além da cessão fiduciária da conta vinculada aos recebíveis.
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.	TBCR18	A Transbrasiliana é responsável pela administração da concessão do trecho de 321,6 quilômetros da BR-153, entre a divisa dos estados de São Paulo e Minas Gerais até a divisa de São Paulo com o Paraná. A BR-153 é a principal ligação do Meio-Norte do Brasil (estados do Tocantins, Maranhão, Pará e Amapá) com a Região geoeconômica Centro-Sul do país. Devido a esse fato e somado ao grande fluxo de veículos, a BR-153 é considerada atualmente como uma das principais rodovias de integração nacional do Brasil. A concessão, que tem prazo de 25 anos iniciado em fevereiro de 2008, faz parte do Programa de Concessões Rodoviárias do Governo Federal e suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela ANTT. O contrato de concessão é válido até 14 de fevereiro de 2033. A operação conta uma estrutura bastante robusta, que inclui garantias reais relacionadas a operação de uma usina hidroelétrica (Tijoá que administra a Usina Hidroelétrica Três Irmãos). Desta estrutura, merecem destaque os indicadores de alavancagem máxima, ICSD mínimo e travas relacionadas à distribuição de dividendos, redução de capital social, captação de novas dívidas, além do pacote de garantias composto por alienação fiduciária das ações da Transbrasiliana, da Tijoá e da Juno, cessão fiduciária dos recebíveis da Transbrasiliana e dos dividendos da Tijoá e cessão fiduciária de conta vinculada onde serão retidos recebíveis de pedágio correspondentes a próxima parcela de serviço da dívida.
UTE GNA I Geração de Energia S.A.	UNEG11	Usina termelétrica a gás, já operacional, instalada no Porto Açu juntamente com um terminal de GNL. Destaca-se como uma das maiores termelétricas do país, com capacidade instalada de 1,3 GW. A companhia vendeu energia no mercado regulado em um PPA de disponibilidade e tem como acionistas os próprios *stakeholders* do projeto, sendo eles a Prumo Logística (operadora do terminal portuário), BP Investments (fornecedora do GNL | "A" em escala global), Siemens (O&M e fornecedor das turbinas | "A" em escala global), e como investidor estratégico a SPIC Brasil ("A2" em escala global). A emissão contará com as garantias usuais de projeto como a cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	VAMO33	A Vamos é uma empresa líder no setor de locação de caminhões, máquinas e equipamentos do Brasil. A Vamos foi constituída com o objetivo de consolidar todas as atividades de locação de longo prazo de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem manutenção, além da rede de concessionárias de caminhões e ônibus da Volkswagen/MAN, e da rede de lojas seminovos. Possui uma rede de 50 lojas com ampla cobertura nacional em 12 estados, contando com a maior rede de concessionárias de caminhões e ônibus da VW/Man, com 14 lojas, 19 lojas de máquinas e equipamentos agrícolas da marca Valtra, 4 lojas Fendt, 2 lojas de máquinas da marca Komatsu e 11 lojas de seminovos. Em janeiro de 2021, a Companhia realizou sua oferta pública de ações com captação líquida primária de R$ 842 milhões e, em setembro do mesmo ano, realizou *follow-on* com captação de R$ 1,1 bilhão. A Companhia faz parte do Grupo Simpar, que controla seis empresas independentes que atuam em posição de liderança ou destaque em mercados com alto potencial de crescimento. Das 6 empresas operacionais e da holding, 4 são listadas e possuem ações negociadas no Novo Mercado na B3. A Companhia possui rating AA, pela S&P.
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	VIMT13	A Via Brasil MT-320 é a concessionária responsável, por 30 anos, até 2049, pela operação, manutenção, conservação e melhoria do trecho de 188,2 Km entre Alta Floresta e Nova Santa Helena da MT-320 e MT-208. A Companhia está em uma região estratégica para o desenvolvimento da agricultura no Brasil. As rodovias estaduais MT-320 e MT-208 são a principal rota para interligar os municípios das regiões Norte e Noroeste do Mato Grosso com a rodovia federal BR-163, o maior eixo de transporte e escoamento da produção do estado. A Companhia foi constituída por um consórcio de empresas com expertise nas áreas de concessões públicas, infraestrutura rodoviária, tecnologia e serviços para atuar como operadora de serviços públicos concessionados. A operação possui rating AA, pela Fitch, e conta com um pacote de garantias (fiança corporativa até o *completion* físico e financeiro do projeto) a alienação fiduciária das ações, cessão fiduciária dos recebíveis da concessão e cessão fiduciária das contas do projeto).
Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A.	HGLB12	A Highline é uma fornecedora independente de soluções de infraestrutura para o setor de telecomunicações. Fundada em 2012 pelo fundo do Pátria Investimentos, Infraestrutura P2 Brasil, a companhia desenvolve projetos de infraestrutura para o setor de telecom, acelerando a expansão da rede móvel de seus clientes. O core business é a construção, operação e manutenção de sites para a instalação de antenas de comunicação sem fio, sendo essas: (i) Torres; (ii) Rooftops; (iii) Sistemas Indoor DAS; (iv) Small-cells. A Highline é atual investida da Digital Colony (empresa líder global de investimentos dedicada à infraestrutura digital), em conjunto com a AIMCO (um dos maiores e mais diversificados gestores de investimentos institucionais do Canadá) e a seguradora Allianz. Em conjunto esses três investidores detêm 99% da companhia. No último trimestre de 2020, a Highline concluiu a incorporação da Phoenix Tower, adicionando 2400+ sites em seu portfólio e um portfólio de rede móvel da Oi, adicionando 850 sites. Com as aquisições a companhia atingiu cerca de 4500 sites (1250 antes das aquisições), se consolidando como um dos principais nomes do setor no Brasil. A Companhia possui contratos de e longo prazo firmado com as grandes empresas de telecom, com tarifas reajustáveis por inflação, repasse de custos dos terrenos e amarras com multas previstas em caso de rescisão antecipada. Além disso, a Highline possui bom track record de torres entregues e é tida como inovadora entre as operadoras de telecom. Até junho de 2021, a Companhia recebeu R$ 3 bilhões em aportes e possui US$ 400 milhões já comprometidos para futuras injeções de capital. A operação possui pacote de garantias composto pela alienação fiduciária das ações e parte dos recebíveis dos contratos de venda da Companhia, além de mecanismo de amortização extraordinária em caso de venda de sites, recebimento de multas em caso de rescisão antecipada de contratos e recebimento de receita de seguros dos ativos da Companhia.

Descrição dos Ativos

AES Cajuína

AES Brasil

AESB3

A AES Cajuína é uma subholding controlada integralmente pela AES Brasil, um dos maiores grupos de geração de energia elétrica no país, com 3,7 GW de capacidade instalada em operação e garantia física de 1,6 GWm, incluindo suas participações em ativos não consolidados. O projeto eólico Cajuína é composto por 5 SPEs, estando localizado no Rio Grande do Norte, possuindo 230 MW de capacidade instalada e gerando energia partir de 39 aerogeradores da Nordex de capacidade de 5.9 MW cada. O fator de capacidade em P50 é de 54% e em P90 é da ordem de 47%. Está localizado em uma região que detém um dos melhores recursos eólicos do país. As SPEs comercializaram energia com a AES Brasil Operações e com a Copel, em PPA's com 101 MWm (92,8% do P90) e 4 MWm (3,7% do P90) de capacidade e prazos de 20 e 13 anos, respectivamente. A entrega dos aerogeradores e sua montagem acontecerá ao longo de 2022, indo até o início de 2023. O comissionamento e os testes ocorrerão em 2023 e a operação comercial é esperada para o final do segundo trimestre de 2023. A operação possui rating AA pela Fitch, conta com travas relacionadas à celebração de mútuos, de captação de novas dívidas, de redução de capital social, de distribuição de dividendos e manutenção de ICSD mínimo, além de contar com fiança da AES Brasil por todo o prazo da emissão.

Terminal Santa Catarina S.A.

TESC TERMINAL PORTUÁRIO SANTA CATARINA

CJEN12

O TESC – Terminal de Santa Catarina é um terminal multipropósito com 3 berços de atracação próprios em São Francisco do Sul/SC. Arrendado em 1996, com prazo original de 25 anos, teve o contrato renovado em 2017, por igual período, passando a findar no ano de 2046. Atualmente focado em produtos siderúrgicos e celulose, também opera carga geral e de projeto. A principal atividade é um contrato de *take-or-pay* com a ArcelorMittal, com prazo de vencimento em 2031 e valor presente líquido de R$ 700 milhões. Como contrapartida à renovação antecipada do contrato de arrendamento, a Companhia realizará um projeto para implementar estrutura para operação adicional de grãos para exportação, solucionando parte da deficiência da região, e expandindo a diversidade de cargas transportadas no terminal. A Companhia possui como acionistas a BRZ Investimentos (63%), uma das maiores gestoras brasileiras independentes atuantes em ativos alternativos e que possui investimentos em outros portos, com destaque para o Porto de Itapoá, e a Porto Novo (37%), holding não operacional detida por 3 investidores locais pessoas físicas. A operação possui rating A+, pela Fitch e conta com um pacote de garantias composto pela alienação fiduciária das ações, cessão fiduciária dos recebíveis e dos direitos emergentes do contrato de arrendamento, alienação fiduciária dos equipamentos atuais e futuros do terminal e estrutura de contas reservas.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

CONCESSIONÁRIA ROTA DO ATLÂNTICO

RATL11

A Concessionária Rota do Atlântico é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), que tem como objetivo a administração de 44 km de vias que integram o Sistema Viária ao Complexo Industrial do Suape, localizado no estado de Pernambuco, na Região Nordeste do Brasil. O Contrato de Concessão foi assinado com o Suape – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (Empresa Pública integrante do Governo do Estado de Pernambuco). A concessão se iniciou em novembro de 2011 e tem prazo de 35 anos. A via é utilizada, principalmente, para escoar cargas do Complexo Industrial do Suape, e para locomoção ao trabalho. A Companhia é uma das principais vias rodoviárias do estado de Pernambuco, ligando Recife à Ipojuca e passando por Cabo Santo Agostinho. Sua rodovia está estrategicamente localizada próxima à centros urbanos, complexos industriais e locais turísticos. A operação possui rating AA- pela Fitch e conta com pacote de garantias que conta com penhor de 100% das ações da Companhia, cessão fiduciária de recebíveis da Emissora e da Conta Vinculada e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

HZTC14
HZTC24

A Orizon atua exclusivamente na fase final da cadeia de tratamento de resíduos e na prestação de serviços ambientais para clientes públicos e privados, sendo uma das companhias que mais gera créditos de carbono certificados no país. A Companhia processa o equivalente a 10% do total de resíduos urbanos com correta destinação no Brasil, atendendo aproximadamente 20 milhões de brasileiros por meio de 500 clientes. A Orizon presta serviços de destinação final de resíduos sólidos (lixo) por meio de 5 aterros sanitários já operacionais e dois em construção. Usando os próprios aterros como matéria, detém operação de venda de gás natural, produção de energia, venda de créditos carbono e valorização de resíduos. A companhia encontra-se em um momento de investimento, com a construção de uma planta de geração de energia e aquisição de outros 7 aterros. Apesar disso, o mercado é marcado por uma forte geração de caixa e barreiras à entrada. A operação possui rating AA pela S&P e selo verde emitido pela consultoria especializada Sitawi. Além disso, possui pacote de garantias composto por garantia corporativa, alienação fiduciária de ações e cessão fiduciária de recebíveis.

Rodovias do Brasil Holding S.A.

RDB HOLDING

RODB11

A Rodovias do Brasil é uma holding detentora de 85% das ações da Rota das Bandeiras, concessionária responsável pela administração do Corredor Dom Pedro I, localizado em um ponto estratégico para escoamento da produção nacional, já que liga a região de Campinas, que detém grande produção de equipamentos de informática, com o Vale do Paraíba, que detém o maior polo aeroespacial brasileiro, e com o Porto de São Sebastião no litoral norte, que exporta principalmente veículos, peças, máquinas e equipamentos. O corredor passa também por Paulínia, que abriga a Replan, maior refinaria da Petrobrás. A atuação da concessionária é viabilizada via contrato de concessão assinado em 2009, com prazo de vigência de 30 anos. Ao longo de sua história, a concessionária já investiu mais de R$ 3 bilhões em melhorias e expansões nas rodovias por ela administradas. A Rodovias do Brasil pertence ao Mubadala, um fundo de investimento soberano, que administra um portfólio diversificado de ativos e investimentos nos Emirados Árabes Unidos e no exterior, para gerar retornos financeiros sustentáveis para o seu acionista, o Governo de Abu Dhabi. Atualmente a empresa conta com US$ 243 bilhões que se estendem por seis continentes, vários setores e classes de ativos. A operação possui rating AA- pela Fitch e conta com um pacote de garantias composto por alienação fiduciária de 100% das ações da Emissora, somado a todos os dividendos e demais distribuições aos acionistas em virtude das ações e cessão fiduciária da conta corrente de titularidade da Emissora, não movimentável pela Emissora, na qual serão depositados recursos correspondentes a todos os lucros, frutos, bonificações, direitos, distribuições e demais valores atribuídos pela CRB à Emissora em decorrência das ações de emissão da CRB e de titularidade da Emissora.

Ventos de São Jorge Holding S.A.

echoenergia

VSJH11

Complexo Eólico formado por 5 parques eólicos, operacionais desde 2016, e com capacidade instalada de 141 MW. Os ativos estão localizados no estado do Ceará e apresentam longo histórico de geração. A Companhia tem como acionistas a Echoenergia, veículo de investimento em energia renovável do *private equity* Actis. Fundada em 2017, apresenta uma capacidade instalada em operação de 1.005MW, além de outros 206MW em construção. A emissão conta com as garantias usuais de projeto, sendo elas cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.

Descrição dos Ativos

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

MTRJ19

O MetrôRio administra, mantém e opera as Linhas 1 e 2 do sistema metroviário da cidade do Rio de Janeiro (RJ), além de prestar serviços de operação, manutenção do material rodante, sistemas e infraestrutura para a Linha 4. Ao todo, essas três linhas somam 58 km de extensão, alcançando 41 estações e operando com 64 trens. O metrô da cidade do Rio de Janeiro foi o primeiro concedido à iniciativa privada no Brasil e é o segundo maior metrô do país em extensão de rede e quantidade de passageiros. O MetrôRio é controlado pelo Mubadala, companhia global de investimentos detida pelo governo de Abu Dhabi, que possui investimentos em mais de 50 países e em diversos setores, incluindo infraestrutura, energia, serviços públicos, imóveis, aeroespacial, metais, mineração, óleo e gás, petroquímicos e um portfólio global de holdings financeiras. Em 2020, a Mubadala possuía mais de US$240 bilhões de ativos sob gestão. O MetrôRio possui classificação de rating AA-(bra), pela agência Fitch e brAA, pela agência S&P. A operação conta com as receitas tarifárias, acessórias e demais direitos emergentes do contrato de concessão, presentes ou futuras, dadas em garantia, através de estrutura de contas reservas do serviço da dívida.

MEZ 5 Energia S.A.

MEZ511

A MEZ 5 faz parte do portfólio de ativos da MEZ Energia, composto por 11 lotes de linhas de transmissão de energia, localizados nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. A Mez Energia foi criada por membros da família Zarzur para aproveitar o know-how da mesma de mais de quatro décadas de atuação na construção civil. A MEZ 5 é o maior projeto de transmissão do portfólio do grupo e é composta por 2 subestações, um compensador estático e 4 linhas de transmissão que são fundamentais para o escoamento de energia na Região Metropolitana de Porto Alegre. A atuação da Companhia é viabilizada via contrato de concessão válido até 2051. A operação possui rating AAA pela Fitch e conta com um pacote de garantias, composto por fiança bancária do Itaú até o completion físico do projeto, alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária de direitos creditórios.

Geradora Solar Helio Valgas V S.A.

HVSP11

O complexo solar Hélio Valgas, localizado em Várzea de Palma (MG), terá capacidade instalada de 661MWp, entrando em operação a partir de meados de 2023 sob um contrato de fornecimento de energia de longo prazo (20 anos). O projeto está sendo desenvolvido pela Mercury Renew, subsidiária da Comerc, a quarta maior trading de energia do país, especializada em geração distribuída e geração centralizada a partir de fontes renováveis. A empresa tem um portfólio de projetos de energia superando 2GW de capacidade instalada. Por sua vez, a Comerc conta com uma robusta estrutura acionária, com presença da Vibra Energia, maior distribuidora de combustíveis do país, e a Perfin, renomada gestora de recursos com mais de R$ 25 bilhões sob gestão. O contrato de compra e venda de energia (PPA) foi firmado com a Liasa, uma das maiores produtoras de silício metálico do mundo. Os stakeholders do projeto são empresas líderes e reconhecidas internacionalmente em suas áreas, na qual a Comerc negociou garantias de longo prazo e conseguiu preços competitivos pelo grande pool de fornecedores interessados no projeto, uma vez que é um dos maiores do país no segmento. A operação conta com travas de redução de capital, distribuição de dividendos, novos mútuos/dívidas, piora nas condições dos contratos de venda de energia e pacote de garantias, composto por fiança das SPEs e da Comerc, alienação fiduciária das ações e dos equipamentos da Companhia, cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia e das contas vinculadas ao projeto.

Rio do Vento Expansão Subholding S.A.

RDVE11

A Rio do Vento Expansão Subholding S.A. (RDVE) é composta por quatro SPEs estabelecidas como produtoras independentes de energia elétrica, mediante a implantação e a exploração de uma central geradora eólica. Os parques eólicos estão localizados nos municípios de São Tomé, de Caiçara do Rio do Vento e de Lajes, todos no estado do Rio Grande do Norte, e totalizam 268,1 MW de capacidade instalada. Os projetos são controlados pela Casa dos Ventos Holding S.A., que detém 80% das ações da RDVE Subholding e é uma das companhias pioneiras e principais investidoras no mercado de energia renovável do Brasil. A Comerc Energia detém, indiretamente, os 20% restantes das ações e é a quarta maior trading de energia do país, especializada em geração distribuída e geração centralizada a partir de fontes renováveis. Os parques comercializaram energia no mercado livre, por meio de PPAs que têm duração média de 13,6 anos para o equivalente a 86,6% de sua garantia física líquida, e no ambiente regulado, com duração de vinte anos para o equivalente a 4,0% de sua garantia física líquida, totalizando 90,6%. As contrapartes dos PPAs possuem baixo risco de crédito e são eletrointensivas, tendo sido validadas junto ao banco financiador e submetidas a um processo de análise de crédito. A emissão possui rating AA pela Fitch e conta com pacote de garantias composto por fiança bancária até a conclusão dos projetos, fiança das SPEs, alienação fiduciária das ações da RDVE e das SPEs, cessão fiduciária de recebíveis e da estrutura de contas da operação e a alienação fiduciária doa aerogeradores das SPEs.

Rio Alto STL Holding S.A.

RAHD11

O complexo solar Santa Luzia I, localizado no município de Santa Luzia (PB), possuirá capacidade instalada de 406 MWp, sendo um dos maiores projetos fotovoltaicos do estado. Está sendo desenvolvido pela Rio Alto Energias Renováveis, companhia pioneira no segmento solar brasileiro, tendo participado dos primeiros leilões de energia dessa matriz energética no Brasil em 2014 e 2015. A companhia possui experiência com energia solar na Paraíba, estando seu primeiro projeto, Coremas, plenamente operacional, o que corresponde a 250 MWp já construídos. Os contratos de compra e venda de energia (PPAs) de Santa Luzia foram firmados com contrapartes com baixo risco de crédito, como Raízen, Furnas, Enel e leilões no ambiente regulado, correspondendo a 80% da garantia física. A perspectiva de geração é positiva em função da qualidade dos stakeholders envolvidos e da proximidade da planta de geração com a subestação de conexão ao Sistema Integrado Nacional, o que deve contribuir para um ganho de eficiência. A operação conta com fiança prestada pelas SPEs que compõem o complexo, garantias de projetos como alienação fiduciária de equipamentos, PPAs e recebíveis de 4 SPEs, além de conta reserva de O&M e conta reserva correspondente ao serviço da dívida.

Americanet S.A.

ANET12

Fundada em 1996, a Americanet é o segundo maior operador de telecom independente do estado de São Paulo e o maior do Centro Oeste, com foco em internet por fibra de alta qualidade para clientes residenciais e corporativos. A Companhia possui cerca de 595 mil clientes residenciais em 106 municípios e 6,4 mil clientes corporativos em 448 municípios localizados em regiões premium com baixa presença de incumbentes (Vivo, TIM e Claro) e alto potencial de crescimento. A rede da Companhia é 100% própria e possui extensão de aproximadamente 33.000 Km com padrão "carrier-grade" que é confiável, bem testado e comprovado em suas capacidades. Sua estrutura acionária é composta por Lincoln Oliveira (30,2%), fundador da Companhia; a Warburg Pincus (49,4%), empresa com mais de 50 anos de histórico de atuação focada exclusivamente em investimentos em private equity e a Invest Tech (20,4%), gestora de fundos de private equity e venture capital. A operação possui rating A, pela S&P e conta com garantia composta por cessão fiduciária de recebíveis equivalente a 30% do saldo devedor.

Disclaimer

Pretende-se com este material apenas divulgar informações e dar transparência à gestão executada pela Inter Asset Gestão de Recursos Ltda. não significando oferta de compra ou venda de cotas do fundo. As informações contidas nesse material estão em consonância com o regulamento, porém não o substituem. Leia o prospecto e o regulamento antes de investir, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo, bem como das disposições acerca dos fatores de risco a que o fundo está exposto. Antes de tomar uma decisão de investimento de recursos no fundo, os investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar, cuidadosamente, todas as informações disponíveis no prospecto e no regulamento do fundo. O mercado secundário para negociação de cotas de fundos de investimento de infraestrutura listado pode apresentar baixa liquidez e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das cotas que permita aos cotistas sua alienação, caso estes decidam pelo desinvestimento. Dessa forma, os cotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das suas cotas no mercado secundário, ou obter preços reduzidos na venda de suas cotas. Adicionalmente, os fundos de investimento de infraestrutura listados são constituídos sob a forma de condomínio fechado, não admitindo o resgate a qualquer tempo de suas cotas. O investimento do fundo de investimento de que trata este material apresenta riscos para o investidor. Ainda que a instituição administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo e para o investidor. O fundo de investimento de que trata este material não conta com garantia da instituição administradora, do gestor, do custodiante, de quaisquer outros terceiros, de mecanismos de seguro ou fundo garantidores de crédito - FGC. A rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo poderão ser obtidos com o Administrador e o Gestor, através dos e-mails: ri.fii@interdtvm.com.br e ri@interasset.com.br

Site: https://www.interasset.com.br/fundos-renda-fixa/bidb11-inter-infra-fic

Contato: ri@interasset.com.br

interasset interdtvm

Signatory of:

PRI Principles for Responsible Investment

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Recursos